



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

4º Trimestre/2021

Porto Alegre, 2021

DCONIFRS

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabício Sobrosa Affeldt

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Milena Ivanoska da Rosa Sória

COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Luísa Gil Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Elisângela Batista Maciel

EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2021), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158261 – campus Porto Alegre, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS PORTO ALEGRE	158261
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.</p> <p>Até dezembro de 2021, o campus Porto Alegre não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. A falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios.</p> <p>Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.</p> <p>Até o quarto trimestre de 2021, o campus Porto Alegre registrou saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. O valor divergente é de R\$ 456.729,13, a menor no SIAFI. O saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios.</p> <p>Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.</p> <p>Até o quarto trimestre de 2021, o campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. O valor divergente é de R\$ 4.104.007,00, a menor no SIAFI em comparação ao RMB.</p> <p>Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da Amortização do ativo imobilizado.</p> <p>Até o quarto trimestre de 2021, o Campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo imobilizado. Atualmente, R\$ 98 mil estão contabilizados a título de softwares no campus Porto Alegre, sem conciliação.</p> <p>Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.</p> <p>Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução. A ausência de documentos de controle de direitos e obrigações contratuais é recorrente no campus Porto Alegre, durante o exercício de 2021.</p>	

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Alegre	Data	25/01/2022
Contador Resp.	Ademir Gautério Troina Júnior	CRC nº	76.804/O-5

Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

4º Trimestre

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	76.520,20	97.420,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.645,38	36.975,97
Estoques	37.649,86	58.809,69
VPDs Pagas Antecipadamente	2.224,96	1.634,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.073.426,46	45.743.924,00
Imobilizado	46.054.209,86	45.724.707,40
Bens Móveis	6.461.910,26	6.703.959,04
Bens Móveis	8.680.353,71	8.418.255,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.218.443,45	-1.714.296,20
Bens Imóveis	39.592.299,47	39.020.748,36
Bens Imóveis	40.015.599,07	39.392.369,80
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-423.299,47	-371.621,44
Intangível	19.216,60	19.216,60
Softwares	19.216,60	19.216,60
Softwares	98.639,59	98.639,59
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-79.422,99	-79.422,99
TOTAL DO ATIVO	46.149.946,66	45.841.344,47

Fonte: Siafi

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	76.974,86	167.197,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	67.646,81	124.462,03
Demais Obrigações a Curto Prazo	9.328,05	42.735,23
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	76.974,86	167.197,26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Resultados Acumulados	46.072.971,80	45.674.147,21
Resultado do Exercício	412.490,14	779.534,04
Resultados de Exercícios Anteriores	45.674.147,21	44.894.938,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	-13.665,55	-325,06
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.072.971,80	45.674.147,21
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.072.971,80	45.841.344,47

Fonte: Siafi

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2021 em relação a dezembro de 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.915.154,89	5.296.254,75
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.500,00	12.671,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.500,00	12.671,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	226,79	660,60
Juros e Encargos de Mora	226,79	660,60
Transferências e Delegações Recebidas	4.844.468,97	5.281.162,83
Transferências Intragovernamentais	4.844.468,97	4.886.337,98
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	394.824,85
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	65.959,13	1.760,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	65.959,13	1.760,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.502.664,75	4.516.720,71
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.126.450,65	2.997.509,44
Uso de Material de Consumo	355.313,09	83.111,13
Serviços	2.215.312,28	2.327.654,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	555.825,28	586.744,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	945,47	599,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	64.595,95	1.765,28
Transferências Intragovernamentais	62.648,95	1.760,32
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.947,00	4,96
Tributárias	27.806,30	27.198,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.474,83	26.945,18
Contribuições	331,47	253,42
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.282.866,38	1.489.647,90
Incentivos	1.278.761,09	1.480.394,09
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.105,29	9.253,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	412.490,14	779.534,04

Fonte: Siafi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4º Trimestre

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
DEFICIT			3.884.697,90	3.884.697,90
TOTAL	-	-	3.884.697,90	3.884.697,90

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	3.406.126,64	2.995.533,49	2.964.614,23	-3.406.126,64
Outras Despesas Correntes	-	-	3.406.126,64	2.995.533,49	2.964.614,23	-3.406.126,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	478.571,26	239.329,66	195.893,66	-478.571,26
Investimentos	-	-	478.571,26	239.329,66	195.893,66	-478.571,26
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	3.884.697,90	3.234.863,15	3.160.507,89	-3.884.697,90
TOTAL	-	-	3.884.697,90	3.234.863,15	3.160.507,89	-3.884.697,90

Fonte: Siafi

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	144.220,97	1.159.346,44	879.531,27	879.531,27	267.841,60	156.194,54
Outras Despesas Correntes	144.220,97	1.159.346,44	879.531,27	879.531,27	267.841,60	156.194,54
DESPESAS DE CAPITAL	123.603,25	1.116.013,39	648.219,71	648.219,71	19.270,08	572.126,85
Investimentos	123.603,25	1.116.013,39	648.219,71	648.219,71	19.270,08	572.126,85
TOTAL	267.824,22	2.275.359,83	1.527.750,98	1.527.750,98	287.111,68	728.321,39

Fonte: Siafi

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	157.914,06	157.914,06	-	-
Outras Despesas Correntes	-	157.914,06	157.914,06	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
TOTAL	-	157.914,06	157.914,06	-	-

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

4º Trimestre

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.844.468,97	4.886.337,98
Resultantes da Execução Orçamentária	3.147.908,86	3.338.245,90
Sub-repasso Recebido	3.147.908,86	3.338.245,90
Independentes da Execução Orçamentária	1.696.560,11	1.548.092,08
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.531.551,40	1.486.937,94
Movimentação de Saldos Patrimoniais	165.008,71	61.154,14
Recebimentos Extraorçamentários	795.339,60	2.448.366,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	74.355,26	157.914,06
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	649.834,75	2.275.359,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	463,67	1,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	70.685,92	15.091,92
Arrecadação de Outra Unidade	70.685,92	15.091,92
Saldo do Exercício Anterior	36.975,97	26.476,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.975,97	26.476,16
TOTAL	5.676.784,54	7.361.181,07

Fonte: Siafi

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	3.884.697,90	5.874.008,66
Ordinárias	3.573.138,06	3.019.480,47
Vinculadas	311.559,84	2.854.528,19
Educação	281.388,65	562.287,32
Dívida Pública	-	2.290.223,88
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	30.171,19	2.016,99
Transferências Financeiras Concedidas	62.648,95	1.760,32
Independentes da Execução Orçamentária	62.648,95	1.760,32
Movimento de Saldos Patrimoniais	62.648,95	1.760,32
Pagamentos Extraorçamentários	1.692.792,31	1.448.436,12
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	157.914,06	53.830,72
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.527.750,98	1.394.604,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.127,27	1,12
Saldo para o Exercício Seguinte	36.645,38	36.975,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.645,38	36.975,97
TOTAL	5.676.784,54	7.361.181,07

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

4º Trimestre

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	843.782,78	1.081.377,44
INGRESSOS	4.915.618,56	4.901.431,02
Outros Ingressos Operacionais	4.915.618,56	4.901.431,02
Ingressos Extraorçamentários	463,67	1,12
Transferências Financeiras Recebidas	4.844.468,97	4.886.337,98
Arrecadação de Outra Unidade	70.685,92	15.091,92
DESEMBOLSOS	-4.071.835,78	-3.820.053,58
Pessoal e Demais Despesas	-3.999.511,72	-3.814.913,31
Educação	-3.999.511,72	-3.814.913,31
Transferências Concedidas	-2.547,84	-3.378,83
Intragovernamentais	-2.547,84	-3.378,83
Outros Desembolsos Operacionais	-69.776,22	-1.761,44
Dispêndios Extraorçamentários	-7.127,27	-1,12
Transferências Financeiras Concedidas	-62.648,95	-1.760,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-844.113,37	-1.070.877,63
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-844.113,37	-1.070.877,63
Aquisição de Ativo Não Circulante	-844.113,37	-1.059.678,03
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-11.199,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-330,59	10.499,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	36.975,97	26.476,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	36.645,38	36.975,97

Fonte: Siafi

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o encerramento do exercício, relatório final de inventário dos bens móveis, imóveis ou intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público a R\$ 48,7 milhões, distribuído entre softwares (R\$ 98 mil); bens móveis (R\$ 8,6 milhões) e; bens imóveis (R\$ 40 milhões). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis;

(b) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o encerramento do exercício como, por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653); RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o SIAFI (restrição 642 e 643, respectivamente).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Bens Móveis e Imóveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado. Não há registro de laudo de inventário que viabilize a conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens.

O saldo, em 31/12/2021, de bens não localizados, é de R\$ 1.871.910,13.

A divergência total do saldo de bens móveis no SIAFI e o saldo de bens móveis no controle patrimonial, em 31/12/2021 é de R\$ 456.729,13. A conta de depreciação acumulada também apresenta diferenças entre o SIAFI e o Relatório de Bens Móveis, totalizando o montante de R\$ 4.104.007,00.

(b) Atos Potenciais;

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/12/2021, as execuções de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 4.990.606,69.

(c) Ativo Intangível;

Relatório de ativos intangíveis e de amortização apresenta valores divergentes em relação ao SIAFI. Atualmente, R\$ 98 mil estão contabilizados a título de softwares no campus Porto Alegre, sem conciliação.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas

contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanço Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanço Orçamentário (BO);**
- **Balanço Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de

aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n2 - x2) / n2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas

tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 31/12/2021, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro”, 92,85% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	2.619,60	9.283,20	-71,78	7,15
Recursos Liberados pelo Tesouro	34.025,78	27.692,77	22,87	92,85
Total	36.645,38	36.975,97	-0,89	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques reduziram 9% no último conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Almoxarifado	37.649,86	58.809,69	-35,98	100,00
Total	37.649,86	58.809,69	-35,98	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/12/2021 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 8,6 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 2,4 milhões (28,48% do total), seguido de Bens não localizados, no valor de R\$ 1,8 milhões (21,56% do total) Mobiliário em geral, no valor de R\$ 958 mil (11,05%).

	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Aparelhos de medição e orientação	224.597,19	214.915,31	4,50	2,59
Aparelhos e equipamentos de comunicação	20.832,66	20.832,66	-	0,24
Equipamentos médicos, odonto, lab. e hosp.	944.273,70	936.798,96	0,80	10,88
Aparelhos e equipamentos p/ esportes	41.996,78	41.996,78	-	0,48
Equipamento de prot., segurança e socorro	23.665,13	22.619,76	4,62	0,27
Máquinas e equipamentos industriais	90.266,34	90.266,34	-	1,04
Máquinas e equipamentos energéticos	38.248,68	38.248,68	-	0,44
Máquinas e equipamentos gráficos	3.044,00	3.044,00	-	0,04
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	71.731,15	71.731,15	-	0,83

Equipamentos hidráulicos e elétricos	492,80	492,80	-	0,01
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	82.560,64	82.560,64	-	0,95
Equip. da Tecnologia da Informação/TIC	2.471.951,88	2.334.682,89	5,88	28,48
Aparelhos e utensílios domésticos	803.487,58	790.023,58	1,70	9,26
Máquinas e utensílios de escritório	8.455,79	8.455,79	-	0,10
Mobiliário em geral	958.970,54	958.970,54	-	11,05
Coleções e materiais bibliográficos	215.331,65	199.617,03	7,87	2,48
Discotecas e filmotecas	180,40	180,40	-	0,00
Instrumentos musicais e artísticos	21.480,52	16.692,95	28,68	0,25
Equipamentos para áudio, vídeo e fotos	388.854,80	306.419,25	26,90	4,48
Veículos em geral	64,67	64,67	-	0,00
Veículos de tração mecânica	397.643,07	397.643,07	-	4,58
Bens não localizados	1.871.910,13	1.881.684,38	-0,52	21,56
Peças não incorporáveis a imóveis	313,61	313,61	-	0,00
Total	8.680.353,71	8.418.255,24	3,11	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Devido à divergência de saldos do Relatório de Movimentação de Bens em comparação ao SIAFI, as contas de depreciação acumulada dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 40 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir, e com depreciação acumulada de R\$ 423 mil, equivalente a 1,06%.

Tabela 4 – Bens Imóveis.

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Imóveis de Uso Educacional	39.477.018,35	38.484.367,03	2,58	98,65
Obras em Andamento	522.700,72	904.032,77	-42,18	1,31
Estudos e Projetos	15.880,00	3.970,00	300,00	0,04
Total	40.015.599,07	39.392.369,80	1,58	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 E 2020.

Os valores registrados em Obras em Andamento se referem à contratação da Reforma da cobertura da Torre Norte do Campus Porto Alegre. O valor acima que consta na conta de Estudos e Projetos é referente à despesa com a contratação de empresa especializada na elaboração de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de escadas de saída de emergência para o Campus.

Nota 4 – Intangível

Tabela 5 – Intangíveis - Composição

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Software com vida útil definida	79.422,99	79.422,99	0,00	80,56
Software com vida útil indefinida	19.216,60	19.216,60	0,00	19,48
Total	98.639,59	98.639,59		100,00

Fonte: SIAFI 2021,2020

O ativo intangível é composto por softwares com vida útil definida e indefinida conforme demonstrado acima. Os valores brutos dos softwares com vida útil definida já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos e os mesmos representam 80,56%. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível. O valor total classificado neste grupo é de R\$ 98.639,59.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2020, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 167.197,26 (cento e sessenta e sete mil cento e noventa e sete reais e vinte e seis centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

Tabela 6 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	67.646,81	124.462,03	-45,65	87,88
Demais Obrigações	9.328,05	42.735,23	-78,17	12,12
Total	76.974,86	167.197,26	-53,96	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A maior parte as obrigações do campus se referem a fornecedores e contas a pagar no curto prazo, que representam 87,88% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS Campus Porto Alegre com obrigações a curto prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 87,88% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listados os fornecedores em 31/12/2021. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à aquisição de 01 servidor Proliant HPE DL-380 HP para o Campus Porto Alegre representando 64,21% do total a ser pago.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$	
	31/12/2021	AV%
MOURACOM COM. DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA	43.436,00	64,21
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA LTDA.	13.691,36	20,24
CSF SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI	10.519,45	15,55
Total	67.646,81	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Demais Obrigações – Composição.

	R\$	
	31/12/2021	AV%
Retenções Previdenciárias – FRGPS	3.397,73	36,55
Imposto e contrib. diversos devido	1.735,52	18,67
ISS	1.544,43	16,61
Depósitos não judiciais	2.619,60	28,18
Total	9.297,28	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos e ISS.

(b) Depósitos não judiciais

Compreendem os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculadas a contratos, para garantia de operações.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 412.490,14 (quatrocentos e doze mil quatrocentos e noventa reais e quatorze centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.915.154,89	5.296.254,75	-7,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.502.664,75	4.516.720,71	-0,31
Total	412.490,14	779.534,04	-47,09

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Observa-se no resultado Patrimonial do Período que, apesar de um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior em 47,09 pontos percentuais, o resultado se manteve positivo. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Redução das Transferências e Delegações Recebidas no valor de R\$ 436.693,86 (-8,27);
- II. Aumento do uso de bens, serviços e consumo de capital fixo R\$ 128.941,21 (4,30%);
- III. Redução de outras Variações Patrimoniais diminutivas R\$ 206.781,52 (-13,88).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.915.154,89	5.296.254,75	-7,20	100,00
Exploração e Venda de Bens e , Serv. E Direitos	4.500,00	12.671,00	-64,49	0,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	226,79	660,00	-65,67	0,00
Transferências e Delegações recebidas	4.844.468,97	5.281.162,83	-8,27	98,56
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.760,32	1.760,32	3.647,00	1,34
Variações Patrimoniais Diminutivas	4.502.664,75	4.516.720,71	-0,31	100,00
Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo	3.126.450,65	2.997.509,44	4,30	69,44
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	945,47	599,49	57,71	0,02
Transferências e Delegações Concedidas	64.595,95	1.765,28	3.559,25	1,43
Tributárias	27.806,30	27.198,60	2,23	0,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.282.866,38	1.489.647,90	-13,88	28,49

Resultado Patrimonial	412.490,14	779.534,04	-47,09
------------------------------	-------------------	-------------------	---------------

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a redução das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 436 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com a redução de 8,7% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. R\$

	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Uso de Material de Consumo	355.313,09	83.111,13	327,52	11,36
Serviços	2.215.312,28	2.327.654,26	- 4,83	70,86
Depreciação	555.825,28	586.744,05	-5,27	17,78
Total	3.126.450,65	2.997.509,44		100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Destaca-se o aumento de 327,52% no registro acumulado de uso de material de consumo e uma redução de 5,27 no registro de depreciação em relação ao mesmo período no exercício anterior, e a redução de 4,83% nos gastos com serviços, equivalentes a R\$ 112 mil.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Serviços

Tabela 12 – VPD Serviços R\$

	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Diárias	0,00	1.063,85	-100,00	-
Serviços Técnicos Profissionais	577,00	22.811,64	-97,47	0,03
Serv. Apoio Adm., téc. e operacional	1.764.324,65	1.548.901,14	13,91	79,64
Serv. de comunicação	38.538,62	43.929,32	-12,27	1,74
Serv. Transp., passagens e Locom.	4.809,36	0,00	-	0,22
Serv. administrativos	47,67	673,88	-92,93	0,00
Serv. água e esgoto, energia elétrica.	322.027,19	376.044,79	-14,36	14,54
Loc. e Arrendamento mercantil	34.014,91	44.994,40	-24,40	1,54
Seguros em Geral	9,79	49,64	-80,28	0,00
Serv. Terceiros PJ Intra OF	999,60	3.141,60	-68,18	0,05
Serv. Terceiros PJ Inter OF	49.963,49	286.044,00	-82,53	2,26
Total	2.215.312,28	2.327.654,26	-4,83	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O principal gasto com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional realizado refere-se à serviços de vigilância, limpeza e Conservação e manutenção de elevadores, que somados equivalem a 75,79% do montante total em serviços empregados no exercício de 2021.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 4º trimestre de 2021 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 3.884.697,90 (três milhões oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete e noventa centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ R\$ 3.884.697,90 (três milhões oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete e noventa centavos), o que representa 100,00% das descentralizações recebidas.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível assegurar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 3.884.697,90 (três milhões oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e sete e noventa centavos). Observa-se uma redução de 33,87% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

Tabela 13 –Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Despesas Correntes	3.406.126,64	4.636.213,09	-26,53	87,68
Despesas de Capital	478.571,26	1.237.795,57	-61,34	12,32
Total	3.884.697,90	5.874.008,66	-33,87	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Observa-se que houve uma redução dos empenhos referentes a despesas de custeio na ordem de 26,53% em comparação com o mesmo período em 2020.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se os Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 1.743.403,02 (um milhão setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e três reais e dois centavos), que se referem a 51,18% das despesas correntes empenhadas), seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 1.251.445,93 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), correspondendo a 36,74% das despesas correntes.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 80,49% nos empenhos com material, bem ou serviços para distribuição gratuita; redução do material de consumo em 77,86% e redução nos empenhos com auxílio financeiro a pesquisadores em 65,20%. Destaca-se que não houve gastos em diárias no exercício de 2021.

O percentual de liquidação dos empenhos até o quarto trimestre de 2021 foi de 87,95%.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Diárias – Pessoal Civil	-	437,85	-100,00	-
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.251.445,93	1.405.173,24	-10,94	36,74
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	27.015,16	77.620,85	-65,20	0,79
Material de Consumo	67.100,71	303.114,93	-77,86	1,97
Material, bem ou serv. p/ Distrib. Grat.	131.200,00	72.690,32	80,49	3,85
Passagens e Despesas c/ locomoção	395,20	-	-	0,01
Outras Desp. Pessoal Dec. Contr. Terc.	55.096,02	-	-	1,62
Outros Serv. Terceiros PF	-	626,00	-100,00	-
Outros Serv. Terceiros PJ	1.743.403,02	2.619.531,72	-33,45	51,18
Serviços de TI e Comunicação - PJ	82.487,62	116.631,04	-29,27	2,42
Obrigações Tributárias e Contributivas	27.806,30	27.198,60	2,23	0,82
Despesas de Exercícios Anteriores	12.523,15	712,08	1.658,6	0,37
Indenizações e Restituições	4.105,29	9.097,63	-54,88	0,12
Outros Serv. Terceiros PJ (Intra)	2.000,00	3.141,60	-36,34	0,06
Obrigações Trib. e Contrib.-OP. Intra	405,84	237,23	71,07	0,01
Despesas de Exercícios Anteriores Intra	1.142,40	0,00	-	0,03
Total	3.406.126,64	4.636.213,09	-26,53	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As despesas de capital totalizaram R\$ 478.571,26 até o quarto trimestre de 2021, o que corresponde a uma redução de 61,34% comparado ao mesmo período de 2020. Do montante total empenhado destaca-se a redução de despesas para Obras e Instalações em 63,11%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 15 – Despesas de Capital – Composição.

	R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Obras e Instalações	340.538,74	923.148,17	-63,11	71,16
Equipamentos e Mat. Permanente.	138.032,52	314.647,40	-56,13	28,84
Total	478.571,26	1.237.795,57	-61,34	100,00

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 7 – Restos a Pagar

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2021 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2021.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2020, perfazendo um total de R\$ 2.275.359,83 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos). Observa-se que 67,14% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes	144.220,97	1.159.346,44	879.531,27	879.531,27	267.841,60	156.194,54
Desp de Capital	123.603,25	1.116.013,39	648.219,71	648.219,71	19.270,08	572.126,85
Total	267.824,22	2.275.359,83	1.527.750,98	1.527.750,98	287.111,68	728.321,39

Fonte: SIAFI 2021

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referentes às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2020, num montante de R\$ 157.914,06 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e quatorze reais e seis centavos), destes valores 100,00% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	157.914,06	157.914,06	-	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	-	-
Total	157.914,06	157.914,06		0,00

Fonte: SIAFI 2020

Ademir Gautério Troina Júnior
ContadorCRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre